



MOÇÃO DE APOIO À COMUNIDADE DA UEMG CONTRA O PROJETO DE FALSA “FEDERALIZAÇÃO”

Nós, metroferroviários de Minas Gerais, reunidos no Sétimo Congresso Metroviário de Minas Gerais, viemos por meio desta moção manifestar nosso irrestrito apoio aos trabalhadores, trabalhadoras e estudantes da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) em resistência ao projeto de suposta "federalização" apresentado pelo governo de Romeu Zema, que, sob um discurso enganoso, ameaça a autonomia universitária, precariza a instituição e autoriza a venda de seu patrimônio público.

Considerando que:

1. O projeto de lei 3.738/2025, apresentado sem diálogo com a comunidade acadêmica e a sociedade, não visa fortalecer a UEMG, mas sim transferir à União a responsabilidade de custeio da universidade, desobrigando o Estado de Minas Gerais de seu dever constitucional de financiar a educação pública.
2. A proposta abre brechas para a venda de prédios, terrenos e outros bens da UEMG, convertendo patrimônio público em mercadoria.
3. A dita "federalização" não garante investimentos reais na instituição, mas sim a privatização velada de espaços educacionais, colocando em risco o acesso democrático à educação e a preservação da memória histórica e cultural vinculada à universidade.
4. A UEMG, como universidade estadual, é estratégica para o desenvolvimento regional e a inclusão social em Minas Gerais. Sua desestruturação aprofunda desigualdades e fere o direito à educação.

Repudiamos veementemente:

- A tentativa de desmonte da UEMG por meio de um projeto que não foi debatido com a



comunidade universitária, violando a autonomia didático-científica e a gestão democrática.

- A mercantilização da educação pública, que transforma instituições educacionais em moeda de troca para interesses econômicos e políticos.
- A ausência de transparência do governo estadual, que insiste em impor medidas autoritárias sem apresentar estudos técnicos ou planos concretos para garantir a sustentabilidade da universidade.

Exigimos:

1. A imediata retirada do projeto de lei 3.738/2025, que representa um ataque à educação pública mineira.
2. A garantia de financiamento permanente e adequado por parte do Estado de Minas Gerais, cumprindo seu papel constitucional de manter e expandir a universidade.
3. A abertura de diálogo público e democrático com servidores, estudantes e movimentos sociais para construir alternativas que fortaleçam a UEMG sem abrir mão de seu caráter público e inclusivo.
4. A proteção integral do patrimônio da UEMG, impedindo qualquer forma de privatização ou venda de seus campi, prédios históricos e terrenos.

Sem mais, afirmamos esta moção em solidariedade à UEMG.

SINDIMETRO/MG.

Belo Horizonte, 18 de maio de 2025.